

PARECER Nº 328/2020/JULG ASJIN/ASJIN  
 PROCESSO Nº 00058.009384/2014-74  
 INTERESSADO: EMPRESA DE TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE - TACV S.A.

Submeto à apreciação de Vossa Senhoria Proposta de DECISÃO ADMINISTRATIVA DE SEGUNDA INSTÂNCIA sobre recurso interposto contra Decisão de 1ª Instância que multou a empresa em epígrafe.

**Enquadramento:** Art. 298, inciso III e art. 302, inciso III, alínea "u", ambos da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer.

**Conduta:** Realizar voo internacional sem a devida autorização.

**Proponente:** Isaías de Brito Neto - SIAPE 1291577 - Portaria ANAC nº 0644/DIRP/2016.

Brasília, 08 de abril de 2020.

## ANEXO

MARCOS PROCESSUAIS												
NUP	Crédito de Multa (SIGEC)	Auto de Infração - AI (SEI 0083699) fls.3	Tripulante / Aeroporto / Balção / Local / Hora / Portão de Embarque / etc. (dados para individualização)	Data da Infração	Lavratura do AI	Notificação do AI (SEI 0083699) fls 20	Defesa Prévia	Decisão de Primeira Instância - DC1 (SEI 0083699) fls. 26 à 30	Notificação da DC1 (SEI 1387143)	Protocolo do Recurso (SEI 1387143)	Aferição da Tempestividade (SEI 1453965)	Prescrição Intercorrente
00058.009384/2014-74	657413160	000051/2014	VOO 6650 HORA 1 35 SBFZ	10/10/2013	17/01/2014	27/04/2016	Não apresentou	15/07/2016	13/12/2017	26/12/2017	23/01/2018	13/12/2020

## INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto pela Empresa de Transporte Aéreo de Cabo Verde TACV S/A. O quadro acima individualiza a materialidade infracional e retrata os marcos relevantes para o trâmite e regularidade processual.

2. **Do auto de Infração:**

3. O Auto de Infração descreve a conduta e as circunstâncias de sua constatação:

*Apos confrontação de dados contidos nos bancos de dados do HSTVoos e BPTRA com os dados do VRA e do SIAVANAC foi constatada a operação do voo TCV665 com partida no dia 10/10/2013 a 01 hora e 35 minutos no Aeroporto Internacional de Fortaleza (SBFZ) com destino ao Aeroporto Internacional da Praia (GVNP) sem a devida autorização da ANAC. Foi verificado que o voo TCV665 não possuía nenhum HOTRAN e nenhuma autorização de voo não regular no SIAVANAC na referida data configurando um voo internacional não autorizado N DO VOO 665 DATA DO VOO 10/10/2013*

## HISTÓRICO

4. **Do Relatório de Fiscalização - RF:**

5. Em seu RF a fiscalização informa que as empresas de transporte aéreo público regular que operam no Brasil devem registrar via Boletim de Alteração de Voo (BAV), todas as alterações ocorridas em voos previstos no HOTRAN e a inclusão de todos os voos realizados não previstos em HOTRAN. O BAV é regulamentado pela IAC 1504, aprovada pela Portaria nº 38/DGAC, de 19 de janeiro de 2000. Todos os voos dessas empresas devem estar presentes na base de dados de Voo Regular Ativo (VRA), composta pelas informações do HOTRAN com o BAV. Esta base de dados contém a situação das etapas de voos realizadas pelas empresas tais como etapas canceladas e atrasadas e suas justificativas data e horário real de partida e de chegada e também alteração de tipo de aeronave operada.

6. E a fiscalização continua seu Relato afirmando que:

[...]

*Como forma de verificar se todas as operações regulares e não regulares no País possuem autorização desta Agência foi estruturada uma atividade em que ocorre o confronto das informações de operações regulares realizadas no País, citadas nos bancos de dados do HSTVoos e do BIMTRA, com as informações de voos autorizados pela ANAC, por meio do banco de dados do VRA e do SIAVANAC.*

*Apos confrontação de dados contidos nos bancos de dados do HSTVoos e BIMTRA com os dados de VRA e do SIAVANAC, foi constatada a operação do voo TCV665, com partida no dia 10 de outubro de 2013 a 01 hora e 35 minutos no Aeroporto Internacional de Fortaleza (SBFZ) com destino ao Aeroporto Internacional da Praia (GVNP), sem a devida autorização desta Agência.*

*Para comprovação de tal fato, foram comparados os dados das operações realizadas deste voo em outubro de 2013 contidas no HSTVoos (anexo 01) e no BIMTRA (anexo 02.)*

*Continuando a investigação, foi verificado que o voo TCV665 não possuía nenhum HOTRAN aprovado e nenhuma autorização de voo não regular no SIAVANAC na referida data.*

*Desta maneira a operação do voo TCV que partiu do Aeroporto Internacional de Fortaleza (SBFZ) se caracterizou como um Voo Internacional Não Autorizado, o que corresponde a uma infração cometida pela empresa Transporte Aéreo de Cabo Verde TACV S/A. Esta operação desobedece ao Art 298, Inciso III da Lei 7.565/1986 (CBAer) c/c alínea "u" do Inciso III do Art 302 da Lei 7.565/1986 Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), de 19 de dezembro de 1986*

[...]

7. **Defesa Prévia** - A empresa tomou ciência da autuação em 27/04/2016 ( SEI 0083699 fls 20) e teve 20 (vinte) dias após esta data para apresentar sua defesa previa conforme dispõe o art 12 Resolução ANAC nº 25, de 2008 e alterações.

8. Em 17/05/2016, (SEI 0083699 fls. 23) a empresa solicitou a dilação do prazo para apresentação da defesa por 10 (dez) dias. No entanto não apresentou a defesa no prazo estabelecido pela norma supracitada e nem no prazo por ela solicitado.

9. **A Decisão de Primeira Instância (DC1):** Em 15/07/2016, a Gerência Técnica de Análise de Autos de Infração - GTAA/SRE - (SEI 0083699 fls. 26 à 30) - DECIDIU pela aplicação de multa no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), sendo o patamar intermediário previsto na Tabela contida no Anexo II da Resolução ANAC nº 25, de 2008 para a infração prevista no Art. 302, inciso III, alínea "u", da Lei 7.565, de 19/12/1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer.

10. A DC1 não considerou na dosimetria da sanção a existência da circunstância atenuante prevista no inciso III art. 22, § 1, da Resolução ANAC nº 25/2008, qual seja, a (a inexistência de aplicação de penalidades no último ano.)" apontando a existência de penalidade aplicada à empresa.

11. **Recurso 2ª Instância** - Após a ciência da DC1 por meio da notificação, com respectivo

AR acostado aos autos (SEI 1387143) datado de 13/12/2017, a interessada apresentou recurso em 26/01/2017 (SEI 1385534).

12. **Aferição de Tempestividade do Recurso** - Em Despacho ASJIN (SEI 1453965), datado de 23/01/2018, a Secretária da Assessoria de Julgamento de Autos de Infração de 2ª Instância - ASJIN certificou a tempestividade do Recurso.

13. **É o relato.**

#### PRELIMINARES

14. **Da Regularidade Processual** - preliminarmente, a interessada alega a ocorrência da prescrição de dois anos de que tratava o artigo 319, do CBAer, nos seguintes termos:

[...]

*se faz imperioso destacar que o auto de infração faz referência a apuração de suposta penalidade ocorrida no ano de 2013, período superior à 02 (dois) anos em relação à presente data, pelo que aplicável in totum o que prevê o artigo 319 da Lei 7.565/86, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, sendo veja-se: Art. 319. As providências administrativas previstas neste Código prescrevem em 2 (dois) anos, a partir da data da ocorrência do ato ou fato que as autorizar, e seus efeitos, ainda no caso de suspensão, não poderão exceder esse prazo. (Grifo Nosso). Ora, é notório que a decisão proferida supera, em muito, o prazo prescricional, uma vez que referida decisão foi proferida em 15/07/2016, pelo que urge sua revogação, nos termos da Lei vigente, sob pena de, ao contrário, sofrer a empresa com sanção impertinente e descabida.*

[...]

15. No que diz respeito à prescrição de que trata o artigo 319 do CBAer e considerando a necessidade de se verificar a ocorrência de prescrição no caso em apreço, registra-se, primeiramente, ter sido elaborado, em 12 de fevereiro de 2009, o Parecer PROC/ANAC n.º 056/2009, aprovado, na mesma data, pelo Sr. Procurador-Geral, restando assentado, no âmbito da Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Aviação Civil - PF/ANAC, que:

*"(...) a ANAC tem cinco anos (art. 1º da Lei 9.783/99) para aplicar a multa e cinco anos (art. 1º do Decreto nº 20.910/32) para cobrá-la.*

*Nos cinco anos destinados à aplicação da multa, a Agência não pode deixar o processo sem movimentação injustificada por mais de três anos, sob pena de ocorrer a prescrição intercorrente de que trata o § 1º, art. 1º, da Lei nº 9.873/99. Tais prazos para apurar infrações são interrompidos (recomeçam totalmente) pela citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital; por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato; pela decisão condenatória recorrível (incisos I, II e III do art. 2º, da Lei nº 9.873/94.*

*A administração não está autorizada a concluir no sentido de que todos os processos autuados com datas anteriores a 10 de março de 2006 e que não tiveram prosseguimentos normais, encontram-se alcançados pela prescrição bienal (fl. 23). Com efeito, a análise da prescrição deve ser feita em concreto, caso a caso, de acordo com os preceitos gerais enumerados nos itens 2.47 a 2.55 do presente parecer."*

16. Consignam os itens 2.47 a 2.55 do citado Parecer que:

*"2.47. Da forma como feita, denota-se que a consulta formulada às fls. 23-24 pretende que além de emitir um pronunciamento acerca da multa de que versa o presente processo, esta Procuradoria manifeste-se acerca das demais multas em situação similar.*

*2.48. Destarte, cumpre estabelecer algumas premissas gerais aplicáveis a todas as multas que tramitam ou que venham a tramitar no âmbito desta Agência.*

*2.49. Como dito, apesar de não terem pronunciado expressamente, os Pareceres nº 106/2006 e 103/2008 versam tão somente acerca de prazos prescricionais para exercício da ação punitiva do Estado (apuração de infrações e adoção de medidas autoaplicáveis no exercício de poder de polícia). É que, como frisado, no caso das multas pecuniárias, tanto o CBAer como a Lei nº 9.874/94 estipulam prazos prescricionais aplicáveis somente enquanto a multa ainda não houver sido definitivamente constituída.*

*2.50. Destarte, harmonizando os preceitos firmados no Parecer nº 103/2008/PROC/ANAC (aplicabilidade da Lei nº 9.873/99 a multas emitidas por infrações ao CBAer) com aqueles constantes do Parecer AGU-PGF/CGCOB/DICON nº 05/2008 (fixa distinção entre prazo prescricional para aplicação da multa e prazo prescricional para execução do crédito dela resultante), conclui-se que:*

*2.51. O entendimento a ser adotado no âmbito desta Agência é no sentido de que a Administração Pública possui cinco anos para apurar uma infração ao Código Aeronáutico Brasileiro e lavar um auto de infração definitivo. (art. 1º da Lei nº 9.873/94)*

*2.52. Contudo, se o processo que visa à apuração de infração punível por multa ficar parado por mais de três anos, sem que haja a incidência de nenhuma das causas interruptivas de que tratam os incisos do art. 2º, da Lei nº 9.873/99 (Interrompe-se a prescrição: I - citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital; II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato; III - pela decisão condenatória recorrível), ocorrerá a prescrição intercorrente, de que trata o § 1º, do art. 1º da mesma Lei.*

*2.53. Sobrevindo uma causa interruptiva, o prazo prescricional de cinco anos volta a contar do zero, assim como o prazo trienal para verificação da prescrição intercorrente.*

*2.54. Os processos com vistas à apuração de infrações passíveis de multa, que sob a vigência do Parecer nº 106/2006 (até 10/03/2008) tenham completado dois anos sem que multa definitiva fosse constituída, devem ser tratados de maneiras distintas, conforme haja ou não ato administrativo declarando a prescrição, a saber:*

*Processos onde haja ato administrativo declarando a prescrição, adotando como razão de decidir o entendimento manifestado no Parecer nº 106/2006 (prazo bienal do art. 319 do CBAer); devem permanecer arquivados, haja vista que o princípio da segurança jurídica e o art. 2º, XII, da Lei nº 9.784/1999, vedam a aplicação retroativa de novo entendimento jurídico.*

*Processos onde não haja ato administrativo declarando a prescrição: a análise da prescrição da ação punitiva deve ser feita com base na Lei nº 9.873/99 (cinco anos para prescrição geral e três para prescrição intercorrente, contando que não ocorram as causas interruptivas).*

*2.55. Constituída definitivamente a multa através da notificação final do sujeito passivo para pagamento, a Agência dispõe de cinco anos para provocar o Judiciário visando a satisfação compulsória do crédito inadimplido, a teor do art. 1º, do Decreto nº 20.910/1932. Aqui não há falar-se na prescrição intercorrente de que trata o § 1º, art. 1º, da Lei 9.873/99, visto que, segundo o Parecer AGU-PGF/CGCOB/DICON nº 05 /2008, as disposições desta Lei somente são aplicáveis enquanto não houver sido definitivamente constituída a multa."*

17. Destarte, resta patentemente demonstrada a impossibilidade de se proceder à análise da eventual ocorrência de prescrição com base no artigo 319 da Lei n.º 7.565, de 19 de dezembro de 1986, o qual se encontra revogado, nos termos do artigo 8º da Lei n.º 9.873, de 23 de novembro de 1999.

18. Ademais, a inaplicabilidade do prazo prescricional dos artigos 317 e 319 do CBA é respaldado por jurisprudência recente, conforme se observa do decisório abaixo:

(AC 00212314320134036100 - AC - APELAÇÃO CÍVEL - 2061497 - e-DJF3 Judicial 1 DATA:28/09/2015 - inteiro teor)

*21. (...) De fato, o extravio da bagagem do passageiro ocorreu em 05/04/2008, e sendo o fato posterior à edição da Lei 9.457/97, é o prazo previsto em seu artigo 1º que se aplica ao caso: "Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado". 22. Não se aplica o prazo prescricional de dois anos previsto no artigo 319 da Lei 7.565/86 ("As providências administrativas previstas neste Código prescrevem em 2 (dois) anos, a partir da data da ocorrência do ato ou fato que as autorizar, e seus efeitos, ainda no caso de suspensão, não poderão exceder esse prazo"), pois a previsão do artigo 1º da Lei 9.457/97 regulou inteiramente a matéria, ao deixar expresso se tratar de prazo prescricional de ação punitiva da Administração Pública Federal no exercício do poder de polícia. 23. Assim, nos termos do artigo 2º, §1º, do Decreto-lei 4.657/42 ("Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro"), constata-se a ocorrência de revogação tácita, tendo em vista que "a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior".*

DIREITO ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APELAÇÃO. MULTA. COMPANHIA AÉREA ANAC. AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA RESPEITADOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A sentença, acertadamente, rejeitou os embargos à execução em que a massa falida da empresa aérea executada objetivava a desconstituição da CDA oriunda de multa da ANAC, forte na inocorrência da prescrição, que somente começaria a correr do término do processo administrativo, e na legitimidade do título executivo, cujos acréscimos amparam-se na legislação pertinente. 2. Não prescreve mais em dois anos a cobrança de infrações administrativas reguladas pelos arts. 317 e 319 do Código Brasileiro de Aeronáutica, pois a Lei nº 9.873/99, que regulamenta a ação punitiva da Administração Pública Federal, aumentou o prazo para cinco anos, revogando as disposições em contrário, ainda que constantes de lei especial. Aplicação dos arts. 1º e 8º da lei superveniente. 3. A 1ª Seção do STJ, em sede de recurso repetitivo, no REsp. nº 1.112.577/SP, consagrou entendimento de que a contagem da prescrição somente se inicia após o término do processo administrativo, com o inadimplemento do devedor. 4. Não comprovadas as alegações de afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa e tampouco a existência de vícios insanáveis no auto de infração e no procedimento administrativo, devem ser rejeitados os embargos à execução fiscal. 5. Apelação desprovida.

[destacamos]

19. Considerados os marcos apontados no início dessa análise, acuso regularidade processual nos presentes feitos. Foram preservados todos os direitos constitucionais inerentes ao interessado, bem como respeitados os princípios da Administração Pública, em especial contraditório e ampla defesa. Julgo os processos aptos para receber a decisão de segunda instância administrativa por parte desta Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância - ASJIN.

#### FUNDAMENTAÇÃO - MÉRITO E ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DO INTERESSADO

20. **Da materialidade infracional** - A empresa foi autuada por, supostamente, **realizar voo internacional sem a devida autorização**, infração prevista no Art. 298, inciso III e art. 302, inciso III, alínea "u", ambos da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer.

##### Lei 7.565/86 - Código Brasileiro de Aeronáutica

Art. 298. A empresa estrangeira de transporte aéreo que opere no País será sujeita a multa, e, na hipótese de reincidência, à suspensão ou cassação da autorização de funcionamento no caso de não atender:

(...)

III - às tarifas, itinerários, frequências e horários aprovados; às condições contidas nas respectivas autorizações; à conservação e manutenção de seus equipamentos de voo no que se relaciona com a segurança e eficiência do serviço; ou à proibição de embarcar ou desembarcar passageiro ou carga em voo de simples trânsito; (Grifou-se)

##### Lei 7.565/86 - Código Brasileiro de Aeronáutica

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

(...)

III - infrações imputáveis à concessionária ou permissionária de serviços aéreos:

(...)

u) infringir as Condições Gerais de Transporte, bem como as demais normas que dispõem sobre os serviços aéreos; (Grifou-se)

21. Assim, da análise dos dispositivos legais citados, resta clara a obrigação imposta ao transportador aéreo quanto ao dever de autorização prévia para operacionalizar um voo regular ou não regular. O descumprimento de tal obrigação configura infração as normas em vigor, ficando a empresa de transporte aéreo sujeita à aplicação de sanção administrativa, conforme já ratificado na decisão anterior em Primeira Instância Administrativa.

22. **Das razões recursais** - No mérito a empresa alega que o referido auto de infração faz referência a apuração de suposta penalidade ocorrida em decorrência da empresa não ter enviado à ANAC, no prazo solicitado, os dados relativos ao Registro de Tarifas Aéreas Internacionais Comercializadas - RTAIC. Mais adiante, a autuada argumenta que: *cumprir salientar que a Recorrente cumpriu a determinação realizada pela ANAC, tendo respondido todos os e-mails enviados, e juntado, na ocasião, os documentos que demonstravam a ausência de descumprimento aos ditames legais no tocante as exigências contidas no art. 299 do CBA. Contudo, os e-mails enviados pela Recorrente foram rejeitados pela Autuante por mera formalidade procedimental estabelecida pela Portaria nº 1887/SRE/2010, por inconsistência com os artigos 6º, §1º, 10 e 4º, inciso VI .*

23. Nota-se que a empresa se defende por conduta diversa da conduta descrita no AI nº 000051/2014, em julgamento, qual seja: **realizar voo internacional sem a devida autorização**.

24. Em seguida a autuada aduz que: *"caso não seja esse o entendimento adotado pelos nobres julgadores, imperioso destacar o valor discrepante da multa aplicada, uma vez que não foi considerada a circunstância atenuante, prevista no Art. 22, §1º, inciso III, da Resolução da ANAC nº 25/2008, em virtude da inexistência de aplicação de penalidade no último ano, devendo, pois, a multa ser aplicada em seu patamar mínimo."*

25. A respeito da possível discrepância do valor da multa, a Lei nº 9.784/99 que disciplinou as normas gerais de processo administrativo no país fixou no caput do art. 2º, o princípio da proporcionalidade, vedando, a aplicação de sanção "em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público", consagrando a vedação de excessos, que já vinha assentada em sede jurisprudencial pelo Supremo Tribunal Federal. (MOREIRA NETO e GARCIA (2012, p.8).

26. Na medida em que Administração Pública só pode atuar nos termos da lei, com a finalidade de atingir o interesse público, suas decisões deverão observar rigorosamente o princípio da razoabilidade como regra de controle da atividade administrativa. Cabe ao administrador público atuar dentro dos critérios de racionalidade nos valores fixados como sanções. Nesse linha de entendimento, a sanção aplicada pela primeira instância está em consonância com o entendimento da agência e da Resolução nº 25/2008, que disciplina o processo administrativo no âmbito da ANAC, e define critérios para dosimetria da penalidade aplicada e os valores das sanções de natureza pecuniária.

27. Importa registrar que o ato administrativo tem presunção de legalidade e certeza, devendo ser observado pelos administrados e, principalmente, por seus agentes no exercício de suas competências, assim, na qualidade de servidor público desta ANAC, cabe o cumprimento das leis, normas e regulamentos desta Agência.

28. O artigo 289, inciso I, da Lei nº 7.565/86, autoriza, dentre outras medidas, a imposição de sanção pecuniária no caso de descumprimento tanto dos preceitos do próprio CBAer, como dos preceitos das disposições da "legislação complementar". Assim, não obstante o poder regulatório legalmente atribuído à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC já lhe permita não apenas editar regras de conduta para os regulados, como também este poder regulatório permite a Agência estabelecer e aplicar sanções administrativas para o eventual caso de descumprimento da legislação objetivando assegurar a sua efetividade.

29. O fato é que a ocorrência se deu quando já vigente a Resolução ANAC nº 25, de 25 de abril de 2008, que dispõe sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades, no âmbito da competência da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

30. Observa-se que a Resolução ANAC nº 25/2008 detalha os valores das multas especificadas no art. 302 em seus Anexos I e II, além das infrações da área aeroportuária, especificadas no Anexo III.

31. No tocante à quantificação de multa imposta, a Resolução ANAC nº 25/2008 e a Instrução Normativa ANAC nº 08/2008 disciplinavam, de modo a atender ao preceito contido no artigo 295 do CBAer ("A multa será imposta de acordo com a gravidade da infração, podendo ser acrescida da

suspensão de qualquer dos certificados ou da autorização ou permissão), o procedimento para o arbitramento de penalidades pecuniárias, mediante a eleição dos critérios objetivos aplicáveis.

32. Quanto à quantificação de multa imposta, a Resolução ANAC nº 25/2008 e a Instrução Normativa ANAC nº 08/2008 disciplinam, de modo a atender ao preceito contido no artigo 295 do CBA ('A multa será imposta de acordo com a gravidade da infração, podendo ser acrescida da suspensão de qualquer dos certificados ou da autorização ou permissão'), o procedimento para o arbitramento de penalidades pecuniárias, mediante a eleição dos critérios objetivos aplicáveis. Desta forma, preconizam os artigos 20, 21 e 22 da Resolução ANAC nº 25/2008:

*Resolução ANAC nº 25/2008*

*Art. 20. O valor da multa será expresso em moeda corrente e aplicado de acordo com o previsto nas tabelas constantes dos Anexos I, II e III. (Redação dada pela Resolução nº 58, de 24.10.2008)*

*§ 1º No caso de grave dano ao serviço ou aos usuários, o valor da multa poderá ser majorado em até 1.000 (mil) vezes o valor máximo estabelecido nas Tabelas constantes dos Anexos I, II e III, considerada a gravidade da infração, a vantagem auferida, a condição econômica do infrator, e/ou seus antecedentes. (Incluído pela Resolução nº 253, de 30.10.2012)*

*§ 2º Não ocorrendo o pagamento da multa no prazo estabelecido, seu valor será corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, ou outro que venha a substituí-lo. (Parágrafo renumerado pela Resolução nº 253, de 30.10.2012)*

*Art. 21. Para imposição das penalidades previstas nesta Resolução, será aplicado o CBAer e sua legislação complementar, bem como as demais normas de competência da autoridade da aviação civil*

*CAPÍTULO II DAS ATENUANTES E AGRAVANTES*

*Art. 22. Para efeito de aplicação de penalidades serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes.*

*§ 1º São circunstâncias atenuantes:*

*I - o reconhecimento da prática da infração;*

*II - a adoção voluntária de providências eficazes para evitar ou amenizar as consequências da infração, antes de proferida a decisão;*

*III - a inexistência de aplicação de penalidades no último ano.*

*§ 2º São circunstâncias agravantes:*

*I - a reincidência;*

*II - a recusa em adotar medidas para reparação dos efeitos da infração;*

*III - a obtenção, para si ou para outrem, de vantagens resultantes da infração;*

*IV - exposição ao risco da integridade física de pessoas;*

*V - a destruição de bens públicos;*

*VI - o número de reclamações de passageiros registradas em relação ao mesmo fato. (Redação dada pela Resolução nº 306, de 25.2.2014, em vigor em 30.3.2014)*

*§ 3º Ocorre reincidência quando houver o cometimento de nova infração, após penalização definitiva por infração anterior.*

*§ 4º Para efeito de reincidência não prevalece a infração anterior se entre a data de seu cometimento e a da infração posterior tiver decorrido período de tempo igual ou superior a um ano.*

33. De acordo com os referidos dispositivos, resta estabelecido que a dosimetria da sanção deve ter início no termo médio, permitindo a eventual existência de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes o seu deslocamento para o valor mínimo ou máximo.

34. Portanto, a sanção imposta à recorrente no feito tem base legal, afastando, por sua vez, a alegação da interessada de afronta ao princípio da proporcionalidade.

35. Assim, não há que se falar em valor exorbitante na fundamentação do *quantum* da fixação da base da sanção uma vez que o próprio fundamento para a aplicação da sanção foi a prática, por parte da autuada, de ato infracional previsto na legislação (devidamente constatado/apurado no caso, como bem mostram os autos).

36. A partir disso, a dosimetria pode ser entendida como ato vinculado aos valores e patamares estabelecidos no anexo da Resolução 25/2008 e dali a Administração não pode extrapolar, vez que subjugada ao princípio constitucional da estrita legalidade. É dizer que em razão da taxatividade da norma e pelo fato de a Administração Pública pautar-se pelo princípio da legalidade, impossível que a Agência aplique atenuantes de forma arbitrária já que deve o autuado se adequar aos requisitos da norma.

37. Por este motivo, entende-se o que os argumentos de defesa no tocante ao valor da multa da multa não devem prosperar. Pelo contrário, há, sim, fundamento pra aplicação da multa e uma vez aferido o ato infracional, os patamares de aplicação constantes do anexo da Resolução 25/2008 (públicos e notórios, vez que integrantes de norma vigente e pública) vinculam a unidade julgadora.

38. **Questão de fato** - Como dito anteriormente, a autuada se defende por conduta diversa da conduta descrita no AI nº 000051/2014, em julgamento, repita-se: **realizar voo internacional sem a devida autorização.**

39. Como relatado pela fiscalização em seu RF

*Como forma de verificar se todas as operações regulares e não regulares no País possuem autorização desta Agência foi estruturada uma atividade em que ocorre o confronto das informações de operações regulares realizadas no País, citadas nos bancos de dados do HSTVoos e do BIMTRA, com as informações de voos autorizados pela ANAC, por meio do banco de dados do VRA e do SIAVANAC.*

*Apos confrontação de dados contidos nos bancos de dados do HSTVoos e BIMTRA com os dados de VRA e do SIAVANAC, foi constatada a operação do voo TCV665, com partida no dia 10 de outubro de 2013 a 01 hora e 35 minutos no Aeroporto Internacional de Fortaleza (SBFZ) com destino ao Aeroporto Internacional da Praia (GVNP), sem a devida autorização desta Agência.*

*Para comprovação de tal fato, foram comparados os dados das operações realizadas deste voo em outubro de 2013 contidas no HSTVoos (anexo 01) e no BIMTRA (anexo 02.)*

*Continuando a investigação, foi verificado que o voo TCV665 não possuía nenhum HOTRAN aprovado e nenhuma autorização de voo não regular no SIAVANAC na referida data.*

*Desta maneira a operação do voo TCV que partiu do Aeroporto Internacional de Fortaleza (SBFZ) se caracterizou como um Voo Internacional Não Autorizado, o que corresponde a uma infração Cometida pela empresa Transporte Aéreo de Cabo Verde TACV S/A. Esta operação desobedece ao Art 298, Inciso m da Lei 7 565/1986 (CBAer) c/c alínea "u do Inciso III do Art 302 da Lei 7 565/1986 Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), de 19 de dezembro de 1986*

40. Além disso, para comprovar a infração cometida pela empresa a fiscalização anexou aos autos os seguintes documentos

Anexo 1 Dados contidos no HST Voos sobre o voo TCV665, (SEI 0083699 fls. 07); e,

Anexo 2 Dados contidos no BIMTRA sobre o voo TCV665, (SEI 0083699 fls. 08).

41. Por seu turno, a autuada não juntou à sua peça recursal qualquer elemento de prova capaz de afastar a infração apontada no AI.

42. Isso posto, a interessada não logrou êxito em tentar afastar os fatos apontados pela fiscalização.

43. Destarte, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei 9.784/1999, que abre a possibilidade de que a motivação da decisão de recurso administrativo consista em declaração de concordância com fundamentos da Decisão anterior, **naquilo que couber aos casos específicos**, este relator ora endossa os argumentos trazidos por aquele decisor em sede de primeira instância para a confirmação da prática infracional, declarando concordância, **nos demais aspectos**, a fim de que passem a fazer parte integrante do presente relatório, em especial.

**DA DOSIMETRIA DA SANÇÃO**

44. Verificada a regularidade da ação fiscal, há que se averiguar a necessidade de correção do

valor da multa aplicada como sanção administrativa ao ato infracional imputado.

45. Aqui cabe observar que em 04/12/2018 entrou em vigor a Resolução Anac nº 472/2018, que atualizou as providências administrativas decorrentes do exercício das atividades de fiscalização sob competência da Agência.

46. Embora a Resolução nº 472/2018 tenha revogado a Resolução Anac nº 25/2008 e a Instrução Normativa Anac nº 8, de 2008, a nova Resolução estabeleceu em seu artigo 82 que suas disposições não prejudicam atos já praticados e a aplicação das normas vigentes à época dos fatos, inclusive no que concerne às sanções aplicáveis.

47. Assim, aplica-se a Tabela de Infrações do Anexo II da Resolução ANAC nº 25/2008, em vigor à época dos fatos, no que diz respeito aos valores de multa, para infração ao artigo 302, inciso iii, alínea "u", da lei 7.565/86, a saber:

RS 4.000,00 (quatro mil reais) - valor de multa mínimo referente à infração;  
RS 7.000,00 (sete mil reais) - valor de multa médio referente à infração;  
RS 10.000,00 (dez mil reais) - valor de multa máximo referente à infração.

48. À luz do art. 36, §6º, da Resolução ANAC nº 472/2018, "para fins de aferição da dosimetria deve-se considerar o contexto fático existente quando do arbitramento da sanção em primeira instância".

49. **Das Condições Atenuantes** - Ressalto que a DC1 considerou a não existência de circunstância atenuante e a inexistência de circunstâncias agravantes e aplicou a multa pelo valor intermediário da tabela constante do Anexo II, da Resolução ANAC nº 25, de 2008, isto é, R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

50. Em nova consulta ao extrato de Lançamentos do SIGEC (SEI 4231081) realizada em 02/04/2020, agora em sede recursal, observa-se a existência da circunstância atenuante prevista no inciso III, do §1º, do art. 22, da Resolução ANAC nº 25, de 2008, ou seja, inexistência de penalidades no último ano, uma vez que não havia aplicação de penalidades em definitivo ao mesmo autuado (a) nos 12 (doze) meses anteriores à data do fato gerador da infração, ou seja, entre os dias 10/10/2012 ao dia 10/10/2013.

51. Observa-se no extrato do SIGEC a existência dos seguintes créditos:

Nº do Crédito	Data da Infração	Constituição Definitiva
662654188	01/07/2013	13/11/2018
662547189	01/04/2013	13/11/2018
656878165	13/12/2012	14/07/2018

52. Em relação às circunstâncias atenuantes, há que se observar que à época da DC1 a autuada fazia juz à atenuante prevista no inciso III, do §1º, do art. 22, da Resolução ANAC nº 25, de 2008, inexistência de penalidades no último ano, uma vez que não havia aplicação de penalidades em definitivo nos 12 (doze) meses anteriores à data do fato gerador da infração em julgamento, conforme se depreende do extrato de Lançamento SIGEC, no qual constam as multas relacionadas no quadro acima cujo trânsito em julgado se deu em data posterior à DC1 (15/07/2016).

53. Nesse sentido é entendimento do colegiado da ASJIN, registrado em Ata de Reunião (SEI nº 1120763) constante do processo 00058.519805/2017-13, que para fins de concessão da atenuante de "inexistência de aplicação de penalidades no último ano" (art. 22, §1º, inciso III, da Res. 25/2008), será considerado o contexto fático e jurídico quando da aplicação da dosimetria em sede de primeira instância. Assim, propõe-se considerar a ocorrência de atenuante prevista no inciso III, do §1º, do art. 22, da Resolução ANAC nº 25, de 2008 ao presente feito.

54. **Das Condições Agravantes** - Quanto à existência de circunstância agravante, não se vê, nos autos, qualquer elemento que configure as hipóteses previstas no §2º do artigo 36 da Resolução ANAC nº 472/2018.

55. **Da Sanção a Ser Aplicada em Definitivo** - Nesse contexto, Observada a incidência de 1 (uma) circunstância atenuante e de nenhuma circunstância agravante, proponho fixar o valor da penalidade da multa no patamar mínimo, isto é, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) que corresponde ao menor valor previsto para a infração em tela.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, sugiro:

- **DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, REDUZINDO** o valor da multa aplicada em sede de **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**.

NUP	Crédito de Multa (SIGEC)	Auto de Infração (AI)	Tripulante / Aeroporto / Piloto Companhia	Data da Infração	Infração	Enquadramento	Decisão de 2ª Instância	Valor da multa aplicada
00058.009384/2014-74	657413160	000051/2014	VOO 6650 HORA 1 35 SBFZ	10/10/2013	<i>infringir as Condições Gerais de Transporte bem como as demais normas que dispõem sobre os serviços aéreos.</i>	Art. 298, inciso III e art. 302, inciso III, alínea "u", ambos da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer.	<b>DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, REDUZINDO</b> o valor da multa aplicada em sede de <b>DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA</b> .	RS 4.000,00

É o Parecer e Proposta de Decisão.

Isaías de Brito Neto  
SIAPE -1291577

Membro Julgador - Portaria ANAC nº 0644/DIRP/2016



Documento assinado eletronicamente por **Isaías de Brito Neto**, Analista Administrativo, em 08/04/2020, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4230343** e o código CRC **BCEC75AA**.





AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL  
JULGAMENTO ASJIN - JULG ASJIN

**DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2ª INSTÂNCIA Nº 323/2020**

PROCESSO Nº 00058.009384/2014-74

INTERESSADO: EMPRESA DE TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE - TACV S.A.

1. Recurso conhecido e **recebido em seu efeito suspensivo** vez que apresentado na vigência do art. 16 da Res. ANAC 25/2008.
2. Analisados todos os elementos constantes dos autos, em especial manifestações do interessado. Foi dada ampla oportunidade de manifestação no feito, respeitados prazos e dialética processual, de modo que preservados ampla defesa e contraditório inerentes ao certame.
3. De acordo com a proposta de decisão (SEI nº 4230343), ratifico na integralidade os entendimentos da análise referenciada, adotando-os como meus e tornando-os parte integrante desta decisão, com respaldo nos termos do artigo 50, §1º da Lei nº 9.784/1999.
4. Falhou interessado em fazer prova contrária da materialidade da infração nos termos do art. 36 da Lei 9784 de 1999. A multa deve ser mantida.
5. Dosimetria adequada para o caso, conforme apontamentos do Parecer ora acatado. À luz do art. 36, §6º, da Resolução 472/2018, que entrou em vigor a partir de 04/12/2018, "*para fins de aferição da dosimetria deve-se considerar o contexto fático existente quando do arbitramento da sanção em primeira instância*".
6. Dito isto, com fundamento no art. 42, inciso I da Resolução ANAC nº 472/2018 e competências ditas pelo art. 30 do Regimento Interno da ANAC, Resolução nº 381/2016, **DECIDO**:

- **DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, REDUZINDO** o valor da multa aplicada em sede de **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA para R\$ 4.000,00** (quatro mil reais).
- **Altere-se o crédito de multa.**

NUP	Crédito de Multa (SIGEC)	Auto de Infração (AI)	Tripulante / Aeroporto / Piloto Companhia	Data da Infração	Infração	Enquadramento	Decisão de 2ª Instância	Valor da multa aplicada
00058.009384/2014-74	657413160	000051/2014	VOO 6650 HORA 1 35 SBFZ	10/10/2013	<i>infringir as Condições Gerais de Transporte bem como as demais normas que dispõem sobre os serviços aéreos.</i>	Art. 298, inciso III e art. 302, inciso III, alínea "u", ambos da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer.	<b>DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, REDUZINDO</b> o valor da multa aplicada em sede de <b>DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.</b>	R\$ 4.000,00

7. À Secretaria.
8. Publique-se.
9. Notifique-se

**Bruno Kruchak Barros**  
SIAPE 1629380  
Presidente Turma Recursal – BSB



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Kruchak Barros, Presidente de Turma**, em 09/04/2020, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4230361** e o código CRC **64FCFC31**.

---

Referência: Processo nº 00058.009384/2014-74

SEI nº 4230361